

Entre o surto e a epidemia: a meningite meningocócica em Guaraniaçu nas páginas do Diário do Paraná, 1973

Between the outbreak and the epidemic: meningococcal meningitis in Guaraniaçu on the pages of Diário do Paraná, 1973

José Augusto Leandro

Doutor em História Cultural
Universidade Federal de Santa Catarina
Professor do Departamento de História e do
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Ponta Grossa
joseaugustoleandro@gmail.com

Ariane Selma Schislowicz da Costa

Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Ponta Grossa
arianeschislowicz@gmail.com

Fabiane Karine Pinheiro

Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Ponta Grossa
fabianekapi@gmail.com

Geane Caroline Wiltemburg

Mestranda em História, Cultura e Identidades
Universidade Estadual de Ponta Grossa
gwiltemburg@hotmail.com

Marcos Vinícius Barszcz

Mestre em Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual de Ponta Grossa
marcosviniciuspsicologo@yahoo.com.br

Michelle de Paula Pupo

Mestra em História, Cultura e Identidades
Universidade Estadual de Ponta Grossa
michellepupo18@gmail.com

Recebido em: 04/07/2020

Aprovado em: 08/08/2020

Resumo: Utilizando-se dos procedimentos de análise de conteúdo, o artigo discute como um jornal de grande circulação no Paraná apresentou matérias sobre a ocorrência da meningite meningocócica no estado, no início da década de 1970. A ênfase da pesquisa foi direcionada para o ano de 1973, quando na região Oeste despontou um grande número de casos. O texto destaca o município de Guaraniaçu, único a ser declarado pelas autoridades sanitárias paranaenses como apresentando caráter epidêmico naquele ano. Conclui-se que, a despeito da censura imposta pela ditadura militar sobre notícias de epidemias no país, o jornal *Diário do Paraná*, um apoiador do regime, não deixou de veicular notícias sobre as manifestações da enfermidade. No entanto, as notícias emergiram tardiamente e não deram conta de revelar aos leitores a complexidade do contexto epidêmico de Guaraniaçu.

Palavras-chave: Meningite meningocócica; imprensa periódica; ditadura militar.

Resumen/Abstract: By using content analysis procedures, the article discusses how a widely circulated newspaper in Paraná presented news about the occurrence of meningococcal meningitis in the state in the early 1970s. The research strategy was focused on 1973, when in the western region of the state, a large number of cases arose. The text focuses on the municipality of Guaraniaçu, the only one that was declared by the health authorities of Paraná with an epidemic character that year. The article concludes that, although the military regime imposed censorship on epidemic news in the country, the newspaper *Diário do Paraná*, supporter of the regime, reported occurrences of meningitis. However, the news was published late and did not reveal to readers the complexity of Guaraniaçu's epidemic context.

Palabras clave/Keywords: Meningococcal meningitis; periodic press; military dictatorship.

Introdução

A ausência de medicamentos para combater qualquer espécie de meningite, em Curitiba, foi ocasionada pelo recolhimento dos estoques aqui existentes para enviá-los às regiões mais atingidas pelo surto, no Paraná. O gerente da Farmácia Colombo, situada na esquina da XV de Novembro com Dr. Murici afirmava ontem que todo o estoque existente foi recolhido de Curitiba para completar o número de doses necessárias para atender Guaraniaçu, o lugar-foco da epidemia no Paraná (POVO..., 1973, p. 9).

A doença meningocócica tem sido registrada no Brasil desde o início do século XX. Endêmica em várias partes do país, ela pode tornar-se epidêmica com “...maior ou menor magnitude na dependência da concentração populacional e dos sorogrupos implicados na produção dos casos” (MORAES; BARATA, 2005, p. 1469). A moléstia é transmitida via contágio de gotículas de muco e saliva infectadas pela bactéria *Neisseria meningitidis*, que foi descrita com mais propriedade somente “em 1884 por Marchiafava e Celli na Itália, e cultivada pela primeira vez em 1887 por Weichselbaum (BARATA; MORAES, 2015, p. 71). A meningite meningocócica "pode deixar sequelas neurológicas graves como cegueira, paralisias, lesões

cerebrais e medulares e morte, ocorrendo principalmente em indivíduos mais jovens" (GOUVEA; NOBRE, 1991, p. 103).

Em estudo sobre manifestações de meningite ao longo do século XX na cidade de São Paulo, José Cássio de Moraes e Rita Barata apontam a ocorrência de uma grande epidemia meningocócica no local nos primeiros anos da década de 1970. Segundo eles,

A epidemia teve início insidioso, mas a incidência aumentou exponencialmente entre 1971 e 1973. A taxa de incidência que havia sido de 2,16 casos por 100 mil habitantes em 1970, passou para 5,90 em 1971, 15,64 em 1972 e 29,38 casos em 1973. Esta primeira onda epidêmica foi causada por meningococos do sorogrupo C, resistentes à sulfa (MORAES; BARATA, 2005, p. 1462).

Porém, não foi apenas em São Paulo que a doença meningocócica grassou neste período inicial da década de 1970. Manifestações epidêmicas de meningite ocorreram em diversas partes do território brasileiro. Segundo Stela Meneghel, a epidemia que teve início em 1971 na região da Grande São Paulo, em 1972 já estava presente nas regiões centrais da capital; e, a partir daí, passou então a ser registrada no "Ceará, Goiás, Distrito Federal e Rio Grande do Sul (1972); Acre, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, Minas Gerais (1973); Santa Catarina, Bahia e Guanabara (1974)" (MENEGHEL, 1989, p. 22).

Os surtos e as epidemias de meningocócica expressaram, ao seu modo, uma indesejável contraface de uma nação que passava por transformações modernizadoras em sua economia. Nos anos compreendidos entre 1968 e 1973 houve o denominado 'milagre econômico brasileiro', "em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano" (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008, p. 222). Se tal fenômeno não implicou necessariamente em benefícios sociais concretos para parcelas mais pobres da sociedade, foi a partir dele que muito dos discursos elaborados pelos governantes do período buscavam legitimar-se perante a população.

Por conta disso, o governo da ditadura militar, preocupado com o fato de que a exposição midiática sobre a presença de epidemias no país poderia trazer malefícios às imagens de modernização e progresso que se propalavam naquele momento, passou a controlar com rigidez os meios de comunicação existentes para que não divulgassem dados concernentes à determinadas moléstias.

De fato, no Brasil da primeira metade da década 1970 muitas vezes notícias sobre doenças eram censuradas, sobretudo quando eram verificados aumentos expressivos em taxas de

incidência e prevalência de enfermidades que poderiam revelar um possível descontrole das autoridades sanitárias sobre o seu território. Mesmo tendo a maior parte da grande imprensa ao lado dos governos militares, agentes da censura enviavam circulares aos jornais pedindo para que os mesmos não publicassem matérias que por ventura pudessem gerar pânico à população (SCHNEIDER, 2016). Buscava-se, com isso, fazer com que os veículos de comunicação não maculassem uma determinada imagem de disciplina vendida pelos governantes naquele momento de milagre econômico e, assim, “a doença foi considerada questão de segurança nacional e os meios de comunicação colocados sobre censura” (BARATA, 1988, p.9). Como bem observaram Anny Jackeline Torres Silveira e Rita de Cássia Marques sobre as manifestações de meningocócica em Minas Gerais na década de 1970: “a postura adotada pelas autoridades públicas do país” consistia “em não reconhecer a existência da doença” (SILVEIRA; MARQUES, 2015, p. 95-96). Por conta disso, Cláudio Bertolli Filho afirma que governo militar tornou as "epidemias silenciosas". Segundo ele, "isso começou a ocorrer desde 1971, quando uma epidemia de meningite se alastrou pelas principais cidades brasileiras, atingindo principalmente a população residente na periferia" (BERTOLLI FILHO, 2001, p. 52).

O Paraná não passou imune à meningite na década de 1970. O texto que segue objetiva demonstrar como um jornal de grande porte, o *Diário do Paraná*, noticiou a presença da doença meningocócica no estado em 1973. A expressividade da moléstia foi tamanha naquele ano na região Oeste e em suas regiões circunvizinhas que fez o periódico aumentar significativamente os seus registros de notícias sobre a incidência da enfermidade. No intervalo de tempo de 1970 a 1977 – denominado por Barata e Moraes (2015, p. 83) como o período da “maior epidemia de doença meningocócica já registrada” para o Brasil –, o Oeste do Paraná foi palco de acontecimentos mórbidos especialmente no ano de 1973. Ao se debruçar sobre o fenômeno, o artigo dispensa especial atenção para o município de Guaraniaçu e problematiza sobre alguns temas que foram destacados pelo jornal quando da elaboração de suas matérias sobre a meningite na localidade.

Sobre a fonte e a metodologia

De acordo com Renée Zicman, a utilização de jornais como fonte documental para pesquisas resguarda uma característica digna de nota: a periodicidade dos mesmos transforma-os em “arquivos do cotidiano registrando a memória do dia-a-dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos” (ZICMAN, 1985, p. 90). Todavia, é

imperativo que o pesquisador observe de modo crítico os potenciais interesses do veículo que estão presentes explícita ou implicitamente no discurso jornalístico.

Pontes e Silva (2012, p.52) ressaltam que “tendo a capacidade de mobilizar ou de garantir a construção subjetiva do ‘informado’, o jornal deve ser visto como campo de disputas políticas, econômicas e, principalmente, culturais”. Interesses em disputa podem ser observados tanto nos conteúdos publicados quanto em seu modo de estruturação e diagramação. Assim, publicações de imprensa periódica não podem ser tomadas enquanto fontes neutras no debate, e o próprio silêncio sobre determinados tópicos pode ser, por si só, um elemento revelador da construção reportada sobre determinado fato.

Em suma, aqui considera-se que os veículos de comunicação impressos não são apenas divulgadores da realidade, mas também construtores da realidade por eles representada. Ainda, ao se examinar determinados dados de imprensa, cabe considerar o alerta de Tania Regina de Luca (2010, p.129):

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político (LUCA, 2010, p.129).

O trabalho de Catarina Schneider (2016) é um bom exemplo dos cuidados acerca do “espectro da censura” a que se refere de Luca. Em sua dissertação de mestrado, ela analisou matérias sobre a meningite no Brasil publicadas entre 1971 e 1975 em dois veículos de imprensa de grande porte no país, *O Globo* e a *Folha de São Paulo*, tendo em mente “a relação da epidemia com um possível silêncio, característico da ditadura na época” (SCHNEIDER, 2016, p. 10). Seus resultados de pesquisa apontam para práticas de silenciamento da mídia sobre a meningite durante o período da ditadura militar¹. Foi perceptível para a autora uma certa amenização do

¹ Ao discutir práticas de censura sobre a meningite utilizando-se de impressos de São Paulo e do Rio de Janeiro, Schneider (2016, p. 78) baseia-se em observações de Maria Aparecida de Aquino, que afirma ser o período compreendido entre 1968 a 1978 caracterizado como de censura política à imprensa escrita no Brasil e que esta censura agia de duas formas: “através de telefonemas, anônimos ou não, de ordens escritas, apócrifas ou não, encaminhadas às redações, e de acordos fechados com os proprietários de grandes órgãos de divulgação ou censura prévia” (AQUINO, 1999, p. 222). As observações de Aquino também são pertinentes para os eventos de meningite meningocócica nos impressos do Paraná, em 1973.

discurso das autoridades sobre a moléstia na imprensa escrita, fato que impediu que fossem tomadas medidas necessárias quando do início do espalhamento da doença, como ações preventivas de higiene, possíveis distribuições de medicamentos e vacinações e repasse de informações sobre os mecanismos de transmissão da meningite. Muitas reportagens sobre a enfermidade traziam palavras tranquilizadoras, afirmando que não havia motivos para alarme da população, que não havia perigo de epidemia, que a incidência da doença estava declinando, ou ainda que os casos eram esporádicos. (SCHNEIDER, 2016, p.138-139). Mas, vale lembrar, periódicos da época também deixavam escapar pequenos fragmentos sobre atitudes de censura relativas ao tema da meningite, como anotado por Schneider sobre *O Globo*. Em finais de março de 1973, por exemplo, o jornal registrou o fato de que os médicos do Instituto de Medicina Infantil do estado de Pernambuco estavam “proibidos de falar à imprensa” sobre a doença. (IDEM).

A fonte aqui pesquisada, o *Diário do Paraná*, assim como muitos veículos de comunicação que circulavam quando do golpe militar de 1964, não se furtou a contribuir na propaganda do regime inaugurado em abril daquele ano (SILVA, 2014). No dia seguinte à deposição do dirigente da nação escreveu, em sua primeira página, que estava ocorrendo um “movimento cívico de reabilitação nacional” e afirmou que João Goulart, o presidente da república deposto, em seus discursos agia como “tipicamente comunista e digno dos ditadores mais despóticos da História” (AS RAZÕES..., 1964, p. 1); tampouco é improvável que o periódico tenha deixado de sofrer algum revés imposto pelo próprio regime autoritário, sobretudo depois da promulgação do Ato Institucional nº 5, do final de 1968, quando a maioria dos jornais das capitais do país passou a sofrer algum tipo de censura (ALVES, 1984; VIZEU, 2019). No início do mês de setembro de 1973, por exemplo, quando as evidências sobre a existência de uma epidemia de meningite no Oeste do Paraná eram cada vez mais fortes, o impresso ironizou acerca da censura que alguns “setores” do regime militar impunham sobre as notícias referentes ao fenômeno:

Enquanto alguns setores procuram filtrar informações com o objetivo de evitar pânico entre a população, os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – são secos demais para deixar arestas à divagação. Curitiba apresenta dados de mortalidade por meningite (de várias origens) bem acima da média nacional (VERDADE..., 1973, p. 9).

Fundado em 1955 e findado em 1983, o *Diário do Paraná*, fazia parte do conglomerado dos Diários Associados, grupo pertencente a Assis Chateaubriand. O grupo, que objetivava criar uma cadeia nacional de informação, teve seu primeiro jornal lançado em 1924 e contou com

aproximadamente noventa empresas, entre emissoras de televisão, jornais e rádios. A partir de 1950 os Diários Associados exerceram grande influência sobre a política e sobre a imprensa brasileira. Vinculado às ideias conservadoras e de apoio à ditadura militar, o *Diário do Paraná* apresentava notícias internacionais e nacionais, porém priorizava os acontecimentos do estado e de sua capital (SANGLARD et al, 2016).

Entre 1955 e 1973 a formatação do jornal manteve-se sem grandes alterações, normalmente as edições traziam um total de 16 páginas divididas em 2 cadernos.² No período aqui estudado, 1973, o jornal contava com Adherbal Stresser como Diretor Presidente e com seu filho, Ronald Sanson Stresser, como Diretor Superintendente. Apesar do expediente não informar sobre a tiragem do número de exemplares, é possível arriscar que ela não fosse baixa e que o periódico tinha um amplo alcance, não somente no Paraná, pois possuía sucursais em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A aproximação com a fonte de pesquisa se deu por meio da plataforma digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>). A investigação partiu dos seguintes filtros: o período (década de 1970), com atenção aos registros entre os anos 1971 a 1973 – correspondendo à primeira onda da epidemia na década, tal qual descrita por Moraes e Barata (2005); a região, circunscrita ao Paraná; e o termo ‘chave’, ‘meningite’. A partir dos resultados dessa etapa, selecionamos o periódico com maior número de ocorrências: *O Diário do Paraná*.

O percurso metodológico da pesquisa foi fundamentado a partir de algumas etapas para realização de análise de conteúdo, conforme sugeridas por Bardin (2011). Elas compreenderam uma etapa pré-analítica – a seleção de fontes, a leitura flutuante e a estruturação da pesquisa; uma etapa de exploração do material – isto é, o aprofundamento da análise das fontes; e por fim, uma etapa de tratamento da investigação realizada, bem como sua interpretação e a construção dos resultados da análise.

Na etapa de leitura flutuante do material deu-se o contato com a fonte selecionada, possibilitando a identificação de temas emergentes ao redor do assunto meningite. Foram identificadas 67 edições que mencionavam a moléstia entre 1970 e 1973, das quais 52 diziam

² A edição inaugural do Diário do Paraná, em março de 1955, apresentou quarenta e oito páginas e contou com um artigo assinado por Assis Chateaubriand. Este foi intitulado "Assuntos de Circo" e mencionava um esforço de democratização como "antídoto contra a propagação do comunismo libertário no Brasil" (ASSUNTOS..., 1955, p. 2).

respeito a este último ano. Verificou-se, nessa etapa, uma prevalência de notícias da enfermidade em municípios da região Oeste paranaense.

Ao aprofundarmos a análise das fontes, tendo em vista as regras de exaustividade, homogeneidade e pertinência das mesmas (BARDIN, 2011), percebemos que uma localidade específica da região Oeste, o município de Guaraniaçu, sobressaía-se nas páginas do *Diário do Paraná*. Não apenas quanto ao número de matérias publicadas, mas também pelos contornos qualitativos das notícias identificadas.

Por fim, os resultados da interpretação sobre a presença da meningite meningocócica em Guaraniaçu permitiram a criação de um pequeno e significativo conjunto de categorias temáticas, quantificáveis por ocorrência e discutidas mais adiante. Antes de se adentrar na discussão dessas categorias, é pertinente demonstrar que a moléstia já circulava no Paraná antes de 1973; e também faz-se necessário contextualizar o município como parte integrante do quadro das transformações históricas da região Oeste do estado a partir da segunda metade do século XX.

Caminhos da meningite: de São Paulo a Guaraniaçu

Ao percorrermos as páginas do *Diário do Paraná* entre o início do ano de 1970 até o final de 1973, notamos um crescimento significativo de notícias sobre a presença da meningite meningocócica no Brasil. Em 1970, apenas duas edições referiram-se, brevemente, à doença; em 1971, não se fez menção a ela; em 1972, foram 13 as edições que trouxeram informações sobre a moléstia; e, em 1973, a meningite foi noticiada em 52 edições do jornal. Em 1972, as notícias foram particularmente relacionadas à ocorrência de surtos na cidade de São Paulo; no ano seguinte, a maioria delas foi voltada aos ‘surtos’ verificados no território paranaense.

No que concerne às matérias sobre a cidade de São Paulo, no início de outubro de 1972 o *Diário do Paraná* revelou aos leitores, em sua primeira página, que técnicos do Instituto Adolfo Lutz, do Ministério da Saúde e norte-americanos que se encontravam no Brasil, haviam isolado o vírus da meningite que assolava São Paulo. Tratava-se, segundo eles, do *Neisseria Meningitidis* e que os "tipos encontrados" eram "resistentes à Sulfadiazina em 15 por cento". De acordo com os técnicos, o tipo dominante do *Neisseria Meningitidis* que estava circulando era o C (ISOLADO..., 1972, p. 1 e p. 5).

Em data de 29 de setembro de 1972 o *Diário do Paraná* já havia dado certo destaque à ocorrência de casos de meningite na região Norte do estado: "Em Porecatu foram assinalados seis casos com quatro óbitos (...). O Ministério da Saúde já enviou para o Paraná 80 mil

comprimidos de sulfadiazina, o antibiótico mais eficaz no tratamento da enfermidade..." (PARANÁ..., 1972, p. 9). No dia seguinte ao noticiado sobre Porecatu, uma pequena nota, colocada na primeira página do jornal ao alto e centralizada, parecia reproduzir o que as autoridades governamentais federais recomendavam quando o assunto era a meningite: a negação da ocorrência de uma possível epidemia no país. A nota afirmava: "O ministro da saúde, Machado Lemos, afirmou ontem em Brasília, que não existe no Brasil surto epidêmico de meningite. Trata-se, segundo o ministro, de um problema endêmico e não epidêmico, ocorrendo casos em alguns Estados, principalmente no Sul do país". Machado Lemos vaticinava que havia "pânico entre a população devido à divulgação que vem se dando na imprensa, notadamente em São Paulo" (A MENINGITE..., 1972, p. 1).

Discretamente, o impresso passou a registrar, em notícias pouco extensas, a ocorrência de casos de meningite no Paraná em 1972, como em Guaratuba, por exemplo, onde duas crianças "havia percido" (AS CHUVAS..., 1972, p. 3). No último dia do mês de outubro publicou matéria a qual enfatizava que em Curitiba a meningite causava a morte de 4 a 6 pessoas por mês, normalmente crianças. No entanto, registrou que as autoridades médicas afirmavam não haver nenhum "alarm" ou "pânico", visto ser "normal a ocorrência de 10 a 12 casos em cada grupo de cem mil pessoas" (MENINGITE..., 1972, p. 9).

Nota-se, especialmente nas matérias de realce sobre a moléstia, um certo 'cuidado' com o que se noticiava: "Vários casos de meningite já foram constatados – alguns inclusive fatais – **mas não representando um surto epidêmico graças à pronta ação terapêutica das autoridades sanitárias**" (IDEM, grifos nossos). Ao que tudo indica, a cautela em se noticiar a meningite era algo que as autoridades paranaenses ansiavam por parte dos veículos de comunicação do estado e, de fato, neste quesito o jornal parecia atuar de forma a não suscetibilizar relações com os governantes. Isso fica evidente em uma nota em que o Secretário da Saúde do Paraná, Ivan Beira Fontoura, agradecia ao *Diário do Paraná* pela cobertura "serena" em relação à meningite no país (FONTOURA..., 1972, p. 8).

Entretanto, o ano de 1973 marcou um ponto de viragem no que se refere às notícias sobre a meningite no Brasil e isso inclui o Paraná. O crescimento de notícias foi surpreendente para várias localidades, sobretudo as da região Oeste, com menção à presença da doença meningocócica notadamente nos municípios de Cascavel e Guaraniaçu (Quadro 1). A meningite passou a ser registrada em textos mais extensos, em coberturas ampliadas, tendo inclusive o

Diário do Paraná enviado a Guaraniaçu uma jornalista do seu quadro, Risolete Casagrande, para obtenção de informações sobre os fatos que ali ocorriam.

Quadro 1: Municípios paranaenses das regiões Oeste, Sudoeste, Noroeste e Centro-oeste citadas pelo *Diário do Paraná* com presença de meningite, 1973

LOCALIDADES	Nº DE CITAÇÕES (52 EDIÇÕES)	REGIÃO
Assis Chateaubriand	2	OESTE
Cascavel	9	OESTE
Capanema	1	SUDOESTE
Capitão Leônidas Marques	3	OESTE
Catanduvas	2	OESTE
Céu Azul	3	OESTE
Corbélia	2	OESTE
Foz do Iguaçu	3	OESTE
Guaira	1	OESTE
Guaraniaçu	13	OESTE
Laranjeiras do Sul	1	CENTROESTE
Marechal Cândido Rondon	2	OESTE
Matelândia	1	OESTE
Medianeira	3	OESTE
Palmital	1	CENTROESTE
Pato Branco	2	SUDOESTE
Pérola do Oeste	1	SUDOESTE
Santa Izabel do Oeste	1	SUDOESTE
São Miguel do Iguaçu	3	OESTE
Umuarama	1	NOROESTE

Fonte: *Diário do Paraná*, 1973
Dados organizados pelos autores

Guaraniaçu: aspectos sócio-históricos

A história do município de Guaraniaçu relaciona-se à ocupação dos sertões ocidentais do estado do Paraná, a partir da expansão do povoamento dos Campos Gerais e dos Campos de Guarapuava. Marco importante de atração de mão-de-obra para a região foi a fundação da Colônia Militar do Iguaçu (hoje cidade de Foz do Iguaçu) no final do século XIX (COLODEL, 1988). Também fato relevante para o aumento populacional de Guaraniaçu – cuja emancipação política ocorreu no início da década de 1950 – foi a construção da Rodovia Federal BR 277, já

iniciada no final da década de 1910. Muitos migrantes, a fim de trabalhar nas obras da denominada 'Estratégica', inaugurada em 1969 “no espírito ‘desenvolvimentista’ que marcou a época” (ZANIN, 2013, p. 46), acabavam por alojar-se nos entornos do município.

Entre a década de 1950 e início da década de 1970 houve um crescimento da população no Oeste do Paraná e Guaraniaçu fez parte deste processo. De acordo com Willers, Alves e Souza (2010, p.72), neste intervalo de tempo “o Oeste paranaense apresentava-se como fronteira agrícola relativamente próspera, surgindo como alternativa para o destino de milhares de agricultores...”. Os autores, com base em dados que demonstram que “entre os anos 1960 e 1970, o Oeste do Estado recebeu 374.082 pessoas”, afirmam: “nesse mesmo período, apenas a região do Distrito Federal recebeu mais migrantes que o Oeste Paranaense, considerada área de fortíssima atração” (IDEM).

Quando se iniciaram os surtos de meningite na região Oeste, no início da década de 1970, Guaraniaçu contava com uma população estimada de 28.649 habitantes. Destes, 3.430 residentes na área urbana, e 25.219 residentes na área rural (ZANIN, 2013, p. 49). Segundo a edição do *Diário do Paraná* do início do ano de 1974, a população do município era composta de “55% gaúchos, 10% catarinenses, 30% de nortistas e 5% de paranaenses” (GUARANIAÇU..., 1974, p. 6). Como “nortistas”, o periódico referia-se a migrantes de vários lugares do país que se dirigiram para a região, principalmente os provenientes do estado de “São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e também do nordeste brasileiro” (TSCHÁ; RIPPEL; LIMA, 2009, p. 3). Nesta época ali já se contabilizavam 240 casas comerciais e 30 indústrias, entre estas sete serrarias de grande porte (GUARANIAÇU..., 1974, p. 6).

Nas páginas da fonte pesquisada Guaraniaçu surgiu a partir de temas variados, em 63 edições no ano de 1973. Em termos quantitativos, destaca-se o tema da BR-277 (turismo, acidentes, reparos, interdições), uma vez que o trajeto rodoviário com asfalto ligando Paranaguá a Foz do Iguaçu, inaugurado pelo governo federal no final da década de 1960, passava pelo município. No entanto, no que concerne à extensão das matérias publicadas, a meningite foi o grande destaque no jornal quando se referiu ao município naquele ano. Em duas edições do impresso Guaraniaçu esteve presente em manchete; além disso, o periódico registrou o que ocorria na localidade em chamadas menores de primeira página que remetiam o leitor à busca do assunto meningite em seu segundo caderno.

A primeira menção sobre a moléstia no município surgiu na edição de 04 de agosto e trazia o seguinte título: “Meningite – 4 casos em Guaraniaçu”. A chamada ‘rápida’ na primeira página do impresso, do lado esquerdo, registrava “pânico” entre alguns setores da população e que na localidade já havia “especulações” sobre a ocorrência de “10 mortes” (MENINGITE..., 1973, p. 1). Mais informações foram destacadas no segundo caderno e, nele, o título da matéria reconhecia, pela primeira vez, a gravidade da enfermidade: “Meningite: surto causa alarma no Sudoeste”. O texto informava que os 4 casos de Guaraniaçu haviam sido registrados “em apenas 24 horas” (SURTO..., 1973, p. 7).

Resultados e discussão das categorias temáticas sobre a meningite em Guaraniaçu

Entre o início de agosto e 28 de novembro de 1973, 13 edições do *Diário do Paraná* mencionaram a presença da meningite em Guaraniaçu. Algumas notícias foram breves menções ao município quando de matérias sobre a presença da meningite em Cascavel e em demais partes da região Oeste do estado. Outras foram mais extensas e, a partir delas foi possível estabelecer categorias temáticas (Quadro 2) que contribuíram para que a discussão interpretativa do nosso objeto de estudo pudesse ser exposta de maneira mais aclarada.

Quadro 2: Categorias temáticas sobre a meningite meningocócica em Guaraniaçu a partir do Diário do Paraná, 1973

CATEGORIAS	QUANTIDADE
Surto	08
Surto epidêmico	03
Epidemia	02
Nº de casos; nº de infectados; nº de óbitos;	07
Ações governamentais	07
Instituições escolares	04

Fonte: Diário do Paraná, 1973
Dados organizados pelos autores

Surto, surto epidêmico, epidemia, número de casos, de infectados e de óbitos³

Como já apontado por alguns autores (BARATA, 1988; BERTOLLI FILHO, 2001; SILVEIRA; MARQUES, 2015; SCHNEIDER, 2016), o regime militar tentou impor um silêncio midiático sobre notícias acerca da meningite no país na década de 1970. Os discursos das autoridades governamentais, reproduzidos por muitos veículos de comunicação, minimizavam a ocorrência do fenômeno. Em muitas ocasiões, por pressão da censura ou por própria decisão corporativa, jornais desconsideravam pautar matérias sobre a ocorrência de surtos e/ou epidemias de meningocócica. Silveira e Marques (2015, p. 102) demonstram que o surto de meningite ocorrido em 1972 na cidade de Itabira, em Minas Gerais, por exemplo, “foi praticamente ignorado pela imprensa e pelas autoridades mineiras”.

Dirigentes em importantes cargos de saúde pública do regime militar buscavam propalar discursos tranquilizadores para a população. Assim como já havia declarado em 30 de setembro de 1972, o ministro da saúde Mario Machado de Lemos, quase um ano depois, reafirmou que não havia surto de meningite “em qualquer região do Brasil, mas admitiu que [existiam] casos isolados em todo país” (SAI..., 1973, p. 5). Quando era impossível denegar a ocorrência de casos da moléstia, expressões como ‘manifestações episódicas’ e ‘possíveis surtos’ eram utilizadas nas declarações oficiais.

Conceitualmente, surto pode ser entendido como um “tipo de epidemia em que os casos se restringem a uma área geográfica pequena e bem delimitada ou a uma população institucionalizada (creches, quartéis, escolas, etc.)”. O termo epidemia, por sua vez, relaciona-se à “elevação do número de casos de uma doença ou agravo, em um determinado lugar e período de tempo, caracterizando, de forma clara, um excesso em relação à frequência esperada”. Ainda, “frequência inusitada, tempo e lugar são aspectos fundamentais para estabelecer de modo fidedigno um estado epidêmico”. (BRASIL, 2009, p. 34-35).

Para retratar a meningite no Oeste do Paraná naquele ano de 1973, o periódico aqui analisado utilizou reiteradamente o termo ‘surto’. Especificamente sobre Guaraniaçu, do total de 13 edições em que o município foi relacionado à moléstia, o jornal lançou mão da palavra ‘surto’ em oito delas. O veículo de comunicação parecia buscar – por sua própria opção ou por sugestão de autoridades paranaenses – a minimização do fenômeno nas matérias que publicava: “A

³ Apesar de o Quadro 2 expressar separadamente estas categorias, do ponto de vista qualitativo foi impossível separá-las no momento da discussão de resultados.

Secretaria da Saúde Pública informou que uma equipe de epidemiologistas, constituída por quatro médicos seguiu para Guaraniáçu a fim de controlar *possível surto de meningite, ainda não de todo confirmado*” (UNIDADES..., 1973, p. 7, grifos nossos).

Naquele contexto a palavra epidemia não se coadunava com a euforia da modernização operada pelas propagandas do Estado. Como bem observou Schneider (2016, p.121), tal palavra trazia “consigo uma memória discursiva do medo, da morte em série, do contágio (...) já que as doenças transmissíveis, principalmente as de caráter epidêmico, com risco de morte, têm a capacidade de elevar a tensão da população”.

É muito provável que as autoridades paranaenses já soubessem que os casos de meningocócica em Guaraniáçu eram graves para além de um mero surto antes da data de 22 de agosto. De acordo com matéria publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, os primeiros casos de meningite foram identificados no município entre 12 e 13 de junho. Zelindo Renomato, secretário da prefeitura, afirmou que:

...a Prefeitura comunicou oficialmente à Secretaria sobre a ocorrência do surto de meningite no dia 2 de julho. Entretanto, “as autoridades sanitárias estaduais só começaram a se preocupar com a situação no dia 15 de agosto, quando o surto já se tinha alastrado muito, pois a Prefeitura não teve condições de realizar o controle necessário”. Informou, ainda, que durante o período em que a Secretaria ignorou o problema, não dando crédito aos comunicados da Prefeitura, ocorreram quase 50 casos de meningite, com duas mortes. Mas não foi por falta de insistência que a Secretaria não tomou nenhuma medida. Entre os dias 2 de julho e 15 de agosto, a Prefeitura enviou cinco ofícios à Secretaria, um ao governador, outro ao Ministério da Saúde, além de pedir a numerosos deputados estaduais e federais que intercedessem junto aos órgãos competentes para que tomassem providências urgentes para solução do problema (MENINGITE..., 1973, p. 21).

Aos poucos, autoridades paranaenses da área da saúde foram modificando seus discursos e passaram a utilizar o termo ‘surto epidêmico’ de meningite para se referir à região Oeste do estado; porém, somente em duas ocasiões o *Diário do Paraná* noticiou, a partir de explanações de autoridades sanitárias, que as ocorrências em Guaraniáçu diziam respeito a uma epidemia. Vale registrar que por parte do secretário estadual da saúde, Ivan Beira Fontoura, houve o reconhecimento de que os casos de meningocócica assumiam contornos mais graves no município somente quando de sua chegada ali, em primeiro de setembro. “O secretário da Saúde confirmou pessoalmente a existência de tais casos em Guaraniáçu afirmando o [seu] caráter epidêmico” (MENINGITE..., 1973, p. 9).

Nas publicações da primeira semana de setembro de 1973, o *Diário do Paraná* mencionou que das 27 mortes no Oeste, 10 delas foram registradas em Guaraniaçu e que a localidade já contava com 129 casos do total de 211 na região (MENINGITE..., 1973, p. 9). Ainda, em tom alarmista, a chamada principal do segundo caderno da edição do dia 4 afirmava: “Meningite já contaminou 15 mil pessoas em Guaraniaçu”. O texto sustentava que estudos científicos elaborados a respeito da doença asseguravam que quando ela aparecia, poderia “atingir de 25 a 50 por cento da população da comunidade”. Portanto, em vista disto, presumia-se “que 15 mil pessoas residentes em Guaraniaçu tenham sido contaminadas” (IDEM).

Descontado o provável exagero relativo ao possível número de infectados no município, que contava com cerca de 30 mil habitantes, fato é que no início de setembro já não era possível minimizar os expressivos acontecimentos mórbidos em Guaraniaçu. O Oeste do Paraná passou a ser objeto de notícias sobre a doença meningocócica em páginas de jornais de grande circulação no território nacional, como *O Estado de São Paulo*, por exemplo. Se o veículo de comunicação paranaense registrou naquele 04 de setembro a ocorrência de 10 mortes em Guaraniaçu, a edição do jornal do estado vizinho, impressa no dia seguinte, já apontava que o número de óbitos por meningite na localidade totalizava 12 (MENINGITE..., 1973, p. 21). Em 13 de outubro de 1973, a partir de declarações do Secretário de Saúde Ivan Beira Fontoura, o *Diário do Paraná* confirmou que a ocorrência de casos em Guaraniaçu totalizou o número de 190 (MENINGITE..., 1973, p. 8). Provavelmente o secretário referiu-se aos casos testados com confirmação de diagnóstico. Desta data em diante o município deixou de ser relacionado à meningite pelo jornal; e nada mais foi publicado pelo veículo referente ao número de mortes na epidemia que atingiu o Oeste do estado naquele ano.

Ações governamentais

As ações governamentais noticiadas pela imprensa diziam respeito aos procedimentos tomados pelas três esferas de governo perante à ocorrência da doença no Oeste do Paraná, que teria seu foco principal em Guaraniaçu.

No plano estadual, a Secretaria da Saúde limitou-se, num primeiro momento, a enviar uma equipe de quatro epidemiologistas ao município, “a fim de controlar possível surto de meningite, ainda não de todo confirmado...” (UNIDADES..., 1973, p. 7). Também houve notícia, 13 dias depois, sobre a presença de duas visitadoras sanitárias destacadas para orientar “a população conscientizando a todos quanto a real situação” (MENINGITE..., 1973, p. 9). Nesta

matéria informou-se que “o próprio secretário de Saúde seguiu no sábado ao local, acompanhado pelo médico Alírio Macedo Filho, do Ministério da Saúde, que desde a última semana [acompanhava] no Estado a evolução dos acontecimentos” (IDEM). Posteriormente, houve liberação por parte do governador Emílio Gomes, de uma verba de duzentos mil cruzeiros para “aplicação no controle do surto epidêmico” na região (MENINGITE..., 1973, p. 1).

Além disso, o estado garantiu – pelos discursos do secretário de saúde registrados no *Diário do Paraná* – que colaboraria com a Central de Medicamentos (CEME), do Ministério da Saúde, para viabilização de remessa de alguns fármacos à base de sulfas para Guaraniçu. Os nomes dos medicamentos registrados foram a Ampicilina e o Minomax (GOVERNO..., 1973, p. 9). Pelo depoimento de um gerente de uma farmácia de Curitiba fornecido ao periódico em 06 de setembro menciona-se que o estoque de “ganaglobina”⁴ ali existente teria sido recolhido pelo estado a fim de atender as regiões afetadas; e que os remédios Optacilim e Ilosoni, os mais receitados pelos médicos para meningite, estavam com o seu estoque chegando ao fim (POVO..., 1973, p. 9).

Conforme a edição de 31 de agosto, em virtude da não disponibilização de vacinação naquele momento, existia a orientação para que no Paraná se fizesse usos de doses profiláticas de sulfadiazina para o caso “dos comunicantes”, com a intenção de proteger os “não doentes” e “baixar a porcentagem dos portadores” (HOSPITAIS..., 1973, p. 1). Notícia publicada no dia 05 de setembro deu conta de informar que para Guaraniçu haviam sido enviados “100 mil comprimidos de sulfa” (MENINGITE..., 1973, p. 1). Vale ressaltar que nas páginas do jornal não foi registrado, em nenhum momento, possível operação de vacinação na localidade, apesar de já existirem algumas experiências de imunização em São Paulo registradas no ano anterior.

De fato, segundo Requejo (1997, p. 411) “em fins dos anos 1960 e começo dos anos 1970 verificou-se que a imunização com polissacarídes de meningococo dos sorotipos A e C podia induzir a produção de anticorpos bactericida”. As vacinas para estes sorotipos começaram a circular mais amplamente por diversos países somente ao longo da década de 1970. Taunay et. al (1978, p. 78) afirmam: “Quando em 1972 começaram a se avolumar os casos de meningite meningocócica provocados pela *N. meningitidis* do grupo C na Grande São Paulo, o Ministério da Saúde colocou à disposição da Secretaria da Saúde de São Paulo 200.000 doses de vacina polissacarídica antimeningocócica do grupo C”. Também afirmando a existência de vacina e sua

⁴ É provável que o jornal estivesse se referindo aos medicamentos derivados da gamaglobulina, proteína do plasma que tem “capacidade imunomoduladora, com atividades pró e anti-inflamatória” (FLORÍ, 2014, p. 23).

circulação ao longo da década de 1970, registros sobre a cidade de Ipatinga-MG são apontados por Silveira e Marques (2015, p. 103) e revelam que, ali, “organizou-se uma vacinação em massa na cidade em abril de 1974”.

No caso de Guaraniáçu em 1973 – sem acesso à vacinas e dependente do recebimento de medicamentos por parte do governo do estado e do Ministério da Saúde –, as ações no plano municipal tomadas pelo prefeito Olavo Della Torre foram pautadas na busca de se evitar aglomerações de pessoas. Determinados locais como escolas, cinema e igrejas foram fechados para que o contágio não se propagasse, sobretudo no início de setembro daquele ano. Reportagem especial do *Diário do Paraná* sobre Guaraniáçu, em data de 06 de setembro, estampou foto da porta do cinema local com dizeres do decreto municipal: “hoje não haverá função” (MENINGES..., 1973, p. 9).

Além disso, o município teve de contar com a improvisação de um hospital de isolamento a partir de uma antiga instituição escolar de madeira, a Escola Paroquial São Pio X. Uma das edições do *Diário do Paraná* que mencionou Guaraniáçu na primeira página, naquele ano, estampou foto de uma das janelas frontais deste edifício em que havia a seguinte mensagem: “estamos internando somente doentes com meningite por um período de 7 a 10 dias” (ESCOLA..., 1973, p. 1).

Instituições escolares

Um dos tópicos que o jornal analisado abordou, quando das notícias sobre irrupção de surtos e epidemias de meningite na década de 1970 no Paraná, referia-se às aglomerações que facilitavam o contágio da moléstia. Nesse aspecto, as instituições escolares do então chamado primeiro e segundo graus eram mencionadas em matérias jornalísticas, pois tais espaços eram particularmente sensíveis à doença, uma vez que a meningocócica incidia sobretudo nas populações infantis e de jovens.

O município em tela não possuía um sistema próprio de ensino, ficando subordinado ao Sistema Estadual de Educação. As políticas educacionais promovidas neste contexto, acompanhadas do crescimento demográfico da região, favoreceram a criação de instituições escolares na década de 1970 (ZANIN, 2013, p. 80). Em 31 de janeiro de 1974 noticiou o *Diário do Paraná*:

Em Guaraniáçu já está em pleno funcionamento a reforma do Ensino de 1º Grau, com 221 salas de aula, 7279 alunos e 248 professores. No ensino de 2º

Grau está com sete salas de aula e 184 alunos, sendo que a previsão para o ano de 74 é de aumentar em 100% este total de alunos o que vai necessitar da ampliação dos prédios escolares com mais salas de aula. Além da sede, funciona o ginásio nos distritos de Campo Bonito, Guaporé, Diamante e ainda na localidade de Sertãozinho com um total de 834 alunos (GUARANIAÇU..., 1974, p. 6).

A imagem de um ‘progresso escolar’ transmitida pelo jornal – passados 6 meses da ocorrência dos eventos deletérios da meningite na localidade – deixava para trás o fato de que a epidemia da doença meningocócica teve nas aglomerações das instituições escolares, incluindo aí as da zona rural, o principal fator de sua disseminação pelo município. No período, o Ministro da Saúde, Mário Machado de Lemos, inclusive declarava-se contrário ao fechamento de escolas quando se verificavam casos da doença nesses espaços institucionais. Sua justificativa pautava-se no entendimento de que se os estabelecimentos permanecessem em funcionamento, haveria facilidade no “diagnóstico” e “profilaxia das crianças não atingidas” (SAI..., 1973, p. 5).

No entanto, ao final do mês de agosto de 1973 já se decretava a suspensão das aulas em várias escolas do Oeste do Paraná, pois a maior parte dos casos de meningite registrada – e também os casos fatais – incidiam sobre pessoas de 12 a 20 anos, normalmente estudantes de primeiro e segundo graus. O secretário da Educação, Cândido Martins de Oliveira, determinou a suspensão das aulas em todos os estabelecimentos oficiais da 45ª Inspeção Regional de Ensino, com sede em Cascavel, assim como nas Faculdades de Filosofia, como medida de caráter preventivo, tomada em razão de terem sido constatados novos casos de meningite (GOVERNO..., 1973, p. 9).

Na reportagem especial elaborada pelo *Diário do Paraná*, publicada às vésperas do feriado da independência, foi anotado que a meningite em Guaraniaçu começou a ser visível e alarmante aos olhos da população local justamente a partir da morte de uma profissional da educação do município.

Tudo começou a ser esclarecido, conta a repórter Risolette Casagrande, enviada especial do DP à região, com a morte de uma das professoras da cidade, cujo corpo apresentava as mesmas características observadas nas crianças que antes tinham morrido na zona rural, sem, no entanto, receberem qualquer auxílio médico. Antes, a população atribuiu ao mal diversos nomes: púrpuras ou mal das manchas e outros (ESCOLA..., 1973, p. 9).

Conclusão

Ao seu modo, com as limitações impostas ao discurso jornalístico em tempos de ditadura, o *Diário do Paraná* – um apoiador do regime militar – oferece uma determinada possibilidade de se

resgatar aspectos da história da presença da meningite meningocócica na região Oeste do Paraná. Particularmente, o periódico forneceu um pequeno retrato sobre Guaraniaçu, não deixando margem para que se denegue o caráter epidêmico da doença na localidade, em 1973.

No entanto, a complexidade do fenômeno naquela região não foi totalmente abordada pelo impresso, mesmo tendo este enviado uma repórter para verificar o que ocorria em Guaraniaçu. Um pequeno contraponto com o jornal *O Estado de São Paulo* revela que este explorou uma importante faceta não mencionada pelo *Diário do Paraná*: a lentidão das autoridades sanitárias paranaenses para agir diante da gravidade da meningite naquele município e em demais cidades do Oeste do Paraná. Ao emoldurar os acontecimentos o jornal editado em Curitiba não apenas informou, mas também construiu modos de compreensão da moléstia pela população. Reforçou, inicialmente, pelo discurso das autoridades, que se tratava de uma condição de saúde pública caracterizada nos contornos da normalidade. Posteriormente, as próprias autoridades admitiram a gravidade da meningite e o jornal registrou a magnitude do problema sanitário na região, enquadrando os acontecimentos não somente como surtos, mas como de ordem epidêmica. A partir de meados de outubro de 1973 o município de Guaraniaçu saiu de pauta como local relacionado à meningite; em 1974 o jornal noticiou, brevemente, em duas edições, que o município foi o epicentro de ‘surtos’ de meningite que atingiram o Oeste do Paraná no ano anterior.

Vale destacar que no Brasil dos primeiros anos da década de 1970 ações governamentais sobre doenças meningocócicas não possuíam um caráter preventivo mais apurado. Uma política de vacinação efetiva contra a meningite no país começaria a ser implementada apenas a partir de 1975, quando houve uma campanha nacional de vacinação (PONTE; NASCIMENTO, 2010 p. 199). Também a partir de meados da década de 1970 o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos – Bio-Manguinhos, pertencente à Fundação Oswaldo Cruz, estabeleceu protocolos de cooperação técnica com o Instituto Mériex, da França, para a produção de vacinas para a meningite meningocócica A e C (<https://portal.fiocruz.br/vacinas>).

De maneira assertiva Rita Barata (1988, p. 17) vaticinou sobre a meningite no início da década de 1970 no Brasil: “O processo de surgimento da epidemia apesar de permanecer desconhecido em seus mecanismos mais íntimos certamente está relacionado a [um] quadro onde se somam crescimento desordenado, pobreza e intensa exploração da força de trabalho”. Guaraniaçu expressou bem esse processo desordenado da modernização do milagre econômico da ditadura militar: fronteira agrícola entre as décadas de 1960 e 1970 e ponto de passagem de

uma importante e movimentada rodovia inaugurada no período, o ‘progresso’ do município certamente também implicou no crescimento da pobreza, na desorganização do espaço e no espalhamento de doenças epidêmicas.

A meningite meningocócica no Brasil nos anos iniciais da década de 1970, portanto, não ficou adstrita às grandes cidades e suas periferias. Ela teve força para se interiorizar, atingiu pequenas localidades com perfis ainda predominantemente rurais e expôs as inúmeras fragilidades do país no campo da vigilância epidemiológica.

Referências bibliográficas:

- A MENINGITE é endêmica. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1, 30 set. 1972.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968- 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência – O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.
- AS CHUVAS passam mas surgem as moléstias. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 3, 17 out. 1972.
- AS RAZÕES da crise. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1, 1 abr. 1964.
- ASSUNTOS de circo. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 2, 29 mar. 1955.
- BARATA, Rita de Cássia Barradas. Epidemia de doença meningocócica, 1970/1977: aparecimento e disseminação do processo epidêmico. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 22, n. 1, p.16-24, 1988.
- BARATA, Rita de Cássia Barradas. **Meningite: uma doença sob censura?** São Paulo: Cortez, 1988.
- BARATA, Rita Barradas; MORAES, José Cássio de. A Doença Meningocócica na Cidade de São Paulo durante o Século XX. In: MOTA, A. MARINHO, M.G.S.M.C.; BERTOLLI FILHO, C. (Org.) **As enfermidades e suas metáforas: epidemias, vacinação e produção de conhecimento**. São Paulo: FMUSP; UFABC, Casa de Soluções e Editora, 2015. p.71-94.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2001.
- BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. **Hemeroteca digital**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2020. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 9 jun. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Guia de vigilância epidemiológica** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 7. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Fiocruz, Fundação Oswaldo Cruz. **Vacinas**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/vacinas>>. Acesso em: 5 mai. 2020.

COLODEL, José Augusto. **Obrages & Companhias Colonizadoras**: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Cascavel-PR: Editora Educativa, 1988.

ESCOLA é hospital improvisado. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1 e p. 9, 6 set. 1973.

FLORÍ, Núria Matamoros. Therapeutic indications and adverse reactions to intravenous Gammaglobulin. **Medicina (Ribeirão Preto)** 2014; 47(1): 20-24.

FONTOURA ressalta ação do DP. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 8, 8 out. 1972.

GOUVEA, David S. A. de; NOBRE, Flávio Fonseca. Estudo da ocorrência da meningite meningocócica em região meridional do Brasil, de 1974 a 1980, utilizando o modelo ponto evento. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, 25 (2):103-11, 1991.

GOVERNO determina medidas para controlar o surto de meningite. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 30 ago. 1973.

GUARANIAÇU, um marco no Oeste. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 6, 31 jan. 1974.

HOSPITAIS de Cascavel estão todos lotados. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1, 31 ago. 1973.

ISOLADO vírus da meningite. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1 e p. 5, 4 out. 1972.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.

MENEGHEL, Stela Nazareth. **Doença meningocócica no Rio Grande do Sul, 1974 a 1983**. Dissertação (Mestrado em Medicina). Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.

MENINGES, saiba como elas se infeccionam. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 6 set. 1973.

MENINGITE, 4 casos em Guaraniaçu. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1, 4 ago. 1973.

MENINGITE agora faz vítimas em Curitiba. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 1, 5 set. 1973.

MENINGITE causa 4 a 6 mortes por mês em Curitiba. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 31 out. 1972.

MENINGITE dezessete casos em três dias no Paraná. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 8, 13 out. 1973.

MENINGITE já matou 27 pessoas no Oeste do PR. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 4 set. 1973.

MENINGITE pode atingir exterior, alerta promotor. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. 21, 5 set. 1973.

MORAES, José Cássio de; BARATA, Rita B. A doença meningocócica em São Paulo, Brasil, no século XX: características epidemiológicas. In: **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 21(5):1458-1471, set-out, 2005.

PARANÁ dá combate a surtos de meningite. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 29 set. 1972.

PONTE, Carlos. F.; NASCIMENTO, Dilene. R. Os anos de chumbo: a saúde sob a ditadura. In: PONTE, C. F.; FALLEIROS, I. (Org.). **Na corda bamba de sombrinha**: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/COC; FIOCRUZ/EPSJV, 2010. p. 181-220.

- POVO corre às farmácias: meningite. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 6 set. 1973.
- REQUEJO, Henry I. Z. Comportamento imunológico das vacinas anti-meningocócicas. **Rev. Saúde Pública**, 31 (4); 402-16, 1997.
- SAI em setembro política de saúde. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 5, 25 ago. 1973.
- SANGLARD, Fernanda N.; LEAL, Paulo R. F.; NEVES, Teresa C. C.; CID, Wilson. Os impactos da ditadura sobre as instituições: imprensa e Ditadura. In: **Memórias da Repressão**. 2ª edição. Comissão Municipal da Verdade. Juiz de Fora: MAMM, 2016. p. 132-163.
- SCHNEIDER, Catarina Menezes. **A construção discursiva dos jornais O Globo e Folha de São Paulo sobre a epidemia de meningite na ditadura militar brasileira (1971-1975)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.
- SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; MARQUES, Rita de Cássia. A epidemia de meningite em Minas Gerais na década de 1970. In: MOTA, A. MARINHO, M.G.S.M.C.; BERTOLLI FILHO, C. (Org.) **As enfermidades e suas metáforas: epidemias, vacinação e produção de conhecimento**. São Paulo: FMUSP; UFABC, Casa de Soluções e Editora, 2015. p. 95-112.
- SILVA, Juremir Machado da. **1964 – Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2014.
- SURTO causa alarma no Sudoeste. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 7, 4 ago. 1973.
- TAUNAY, A. E.; FELDMAN, R. A.; BASTOS, C. O.; GALVÃO, P. A. A.; MORAIS, J. S.; CASTRO, O. Avaliação do efeito protetor de vacina polissacarídica antimeningocócica do grupo C em crianças de 6 a 36 meses. **Rev. Inst. Adolfo Lutz**, 38 (2): 77 – 82, 1978.
- TSCHÁ, Olga da Conceição Pinto; RIPPEL, Ricardo; LIMA, Jandir Ferreira de. Urbanização, industrialização e migração no Oeste do Paraná. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 12, n. 1, p.1-14, jan./jun. 2009
- UNIDADES sanitárias também nos distritos. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 7, 22 ago. 1973.
- VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. 2008, p. 222). **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 62 n.2, p.221-246, abr./jun. 2008.
- VERDADE do IBGE. **Diário do Paraná**, Curitiba, p. 9, 6 set. 1973.
- VIZEU, Rodrigo. **Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2019.
- WILLERS, Ednilse M.; ALVES, Lucir R.; SOUZA, Edson B. C. de. Dinâmicas territoriais no município de Terra Roxa-PR (1970-2007). In: **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 1, p. 71-80, jan./jun. 2010.
- ZANIN, Tatiane. **A constituição da escola pública no município de Guaraniáçu: percursos históricos**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2013.
- ZICMAN, Renée. B. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo, n. 4, jun. 1985.